

A ARQUIVÍSTICA E A ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR

Por:

Luciane Baratto Adolfo

luadolfo@gmail.com

UFSM

Rita de Cássia Portela da Silva

ritacps@terra.com.br

UFSM

Resumo

O artigo aborda as relações interdisciplinares existentes entre a Arquivística e a Arquitetura da Informação (AI). A Arquitetura da Informação é uma área do conhecimento em franco desenvolvimento, que congrega diferentes profissionais com o propósito de estruturar e organizar espaços de informação, permitindo uma melhor interação com os usuários, especialmente na Web. A Arquivística, responsável pelo tratamento de conjuntos documentais orgânicos, atua na produção, aquisição, classificação, descrição, conservação e difusão das informações. Neste sentido, busca-se compreender o papel da Arquivística no âmbito da Arquitetura da Informação e, para tanto, faz-se uma análise dos princípios, procedimentos e métodos utilizados pelas áreas.

Palavras-chave: Arquivística, Arquitetura da Informação, Web, informação.

Abstract

The article approaches the existing relations interdisciplinary between the Archives Administration and the Information Architecture (IA). The Information Architecture is an area of the knowledge in frank development, that congregates different professionals with the intention to structuralize and to organize information spaces, allowing one better interaction with the users, especially in Web. The Archives Administration, responsible for the treatment of organic documentary sets, acts in the production, acquisition, classification, description, conservation and diffusion of the information. In this direction, one search to understand the paper of the Archives Administration in the scope of the Information Architecture and, for in such a way, one becomes an analysis of the principles, procedures and methods used for the areas.

Key words: Archives Administration, Information Architecture, Web, information.

Introdução

Milhões de informações são geradas a cada instante e buscá-las tornou-se, muitas vezes, uma tarefa difícil. Assim, a Arquitetura da informação (AI) surgiu como uma solução para a organização e maximização do acesso.

A Arquivística tem a função de gerir as informações orgânicas produzidas pelas instituições públicas e privadas e até mesmo por pessoas físicas, preocupando-se com o acesso, a conservação e a guarda de informações que relatam a trajetória e o cotidiano de quem os produziu. Através da classificação, avaliação e descrição, procedimentos essenciais ao tratamento dos acervos arquivísticos, e de técnicas de conservação, a disciplina alcança o seu objetivo máximo: dar o acesso à informação.

Neste contexto, o presente trabalho visa a análise da atuação e a compreensão das relações interdisciplinares existentes entre a Arquivística e a Arquitetura da Informação, proporcionando reflexões pertinentes ao corpo teórico de duas áreas que apresentam o mesmo objeto de estudo: a informação.

1. Arquitetura da Informação (AI)

O modo de organizar as informações sempre foi alvo de estudos, evoluindo, sobretudo em função da tecnologia. A Arquitetura da Informação foi difundida e tornou-se popular na World Wide Web ou (Web), porém foi originada expressamente com este propósito.

Richard Wurman, em 1991, apresentou a Arquitetura da Informação com o intuito de “tornar o complexo claro” e resolver a chamada “ansiedade de informação”. O autor defendia a área como uma importante facilitadora na interação dos usuários com as informações, facilitando a vida das pessoas, simplificando e tornando as informações mais compreensíveis e assimiláveis. As informações, as quais o autor se referia, eram registradas principalmente em suporte papel, como mapas e guias.

A partir Wurman, ocorreu uma popularização do termo, voltada principalmente para a Web, que desde os anos 90 foi marco de uma explosão informacional. Os pioneiros no uso deste conceito para desenvolvimento de Websites foram Louis Rosenfeld e Peter Morville, eles criaram a primeira empresa que trabalhava a Arquitetura da Informação na Web. A Argus Associates surgiu como uma consultoria especializada em desenvolvimento Web e assim como esta, muitas empresas surgiram trabalhando desta forma.

Louis Rosenfeld e Peter Morville são os autores do livro *Information Architecture for the World Wide Web* lançado em 1998, considerado livro de referência na área. Neste livro, encontra-se conceitos, método e todo o processo de desenvolvimento de Web sites através da Arquitetura da Informação.

Estes autores definem a Arquitetura da Informação com uma variada gama de conceitos:

1. Combinação entre esquemas de organização, nomeação e navegação dentro de um sistema de informação.
2. Design estrutural de um espaço de informação a fim de facilitar a realização de tarefas (tasks) e o acesso intuitivo a conteúdos.
3. É a arte e a ciência de estruturar e classificar websites e intranets a fim de ajudar as pessoas a encontrar e a gerenciar informação.
4. É uma disciplina emergente e uma comunidade de prática (community of practice), focada em trazer para o contexto digital os princípios de design e arquitetura. (MORVILLE; ROSENFELD, apud RONDA LEÓN, 2005).

Defendem ainda sete princípios fundamentais: organizar, navegar, nomear, buscar, pesquisar, desenhar, mapear, que caracterizam todo o trabalho do Arquiteto da informação. Estes princípios são à base da organização e disponibilização das informações, e são oriundos de diversas áreas afins a Arquitetura da Informação. Neste ponto, a Arquitetura da Informação une seu conhecimento com diferentes ciências e disciplinas, tais como: Informática, Jornalismo, Design, Biblioteconomia, Arquitetura, entre outras.

LARA Filho (2003, p.10) enfatiza que: “no início da Internet, quando os profissionais de informática eram os mais familiarizados com as ferramentas e com o computador, eles assumiam as atividades de design, redação e organização de sites. Com o passar do tempo estas atividades foram – e estão sendo – gradualmente ocupados por profissionais diversos e mais capacitados”. Nas palavras do ator é possível notar a evolução dos profissionais que descobriram a Arquitetura da informação como uma de suas atribuições ou competências.

Apesar dos diversos profissionais que hoje trabalham com a Arquitetura da Informação, é possível notar na literatura uma forte aproximação entre a Arquitetura e a Ciência da Informação. Em entrevista com a Márcio Tristão, Rosenfeld e Morville (2002) enfatizam o valor da biblioteconomia e da Ciência da Informação para os webdesigners e afirmam que desenvolveram a partir desta visão, uma perspectiva ainda mais interdisciplinar sobre a arquitetura da informação. Na ocasião, destacaram a contribuição de áreas, como o design de interação, engenharia de usabilidade, comunicação técnica, etnografia, psicologia da informação, entre outras.

1.1 Princípios Fundamentais

Os sete princípios apresentados por Rosenfeld e Morville (apud Rodrigues, 2005), já citados, são dimensionados e direcionados através dos sistemas de estruturação.

Dentre os sistemas da Arquitetura da Informação, ressalta-se primeiramente o sistema de Organização, primeiro sistema a ser trabalhado na AI. Em linhas gerais, a organização é conceituada, no dicionário Michaelis (2000), com as seguintes definições: 1. Criar, preparar e dispor as partes de um organismo; 2. Dispor para funcionar; 3. Ordenar, preparar. Esta definição, bastante genérica, pode ser usada para descrever a função da organização para conteúdos digitais.

Para Roselfeld e Morville (1998, apud Vidotti e Sanches, 2004) o Sistema de Organização é responsável pela estruturação dos conteúdos, ou seja, organizar as informações que precisam ser disponibilizadas na Web. Assim, estarão definidos neste sistema os critérios utilizados para a disposição das informações no meio digital.

A Arquitetura da Informação emprega os “sistemas de organização, navegação, rotulagem e busca, para a estruturação das informações, visando à criação de estruturas digitais que priorizam a organização descritiva, temática, representacional, visual e navegacional de informações [...]”(Roselfeld e Morville, 1998, apud Vidotti e Sanches, 2004, p.02).

A organização das informações na Web pode apresentar diferentes estruturas. Reis (2005) apresenta um esquema detalhado das possibilidades de esquematização de informações (ver figura 1) que são citadas por Roselfeld e Morville (2002) e Wurmam, em suas importantes publicações.

O autor assinala que a tarefa de organizar as informações em ambiente digital não é uma tarefa tida como fácil, pois estas apresentam características complicadoras, como, ambigüidade; heterogeneidade; diferenças de perspectiva; políticas internas; estática (Reis, 2004).

A maneira pela qual as informações são organizadas deve ainda favorecer a navegabilidade, a busca e a usabilidade destas. E assim, podem atingir a intuito do usuário que é encontrar a informação que necessita.

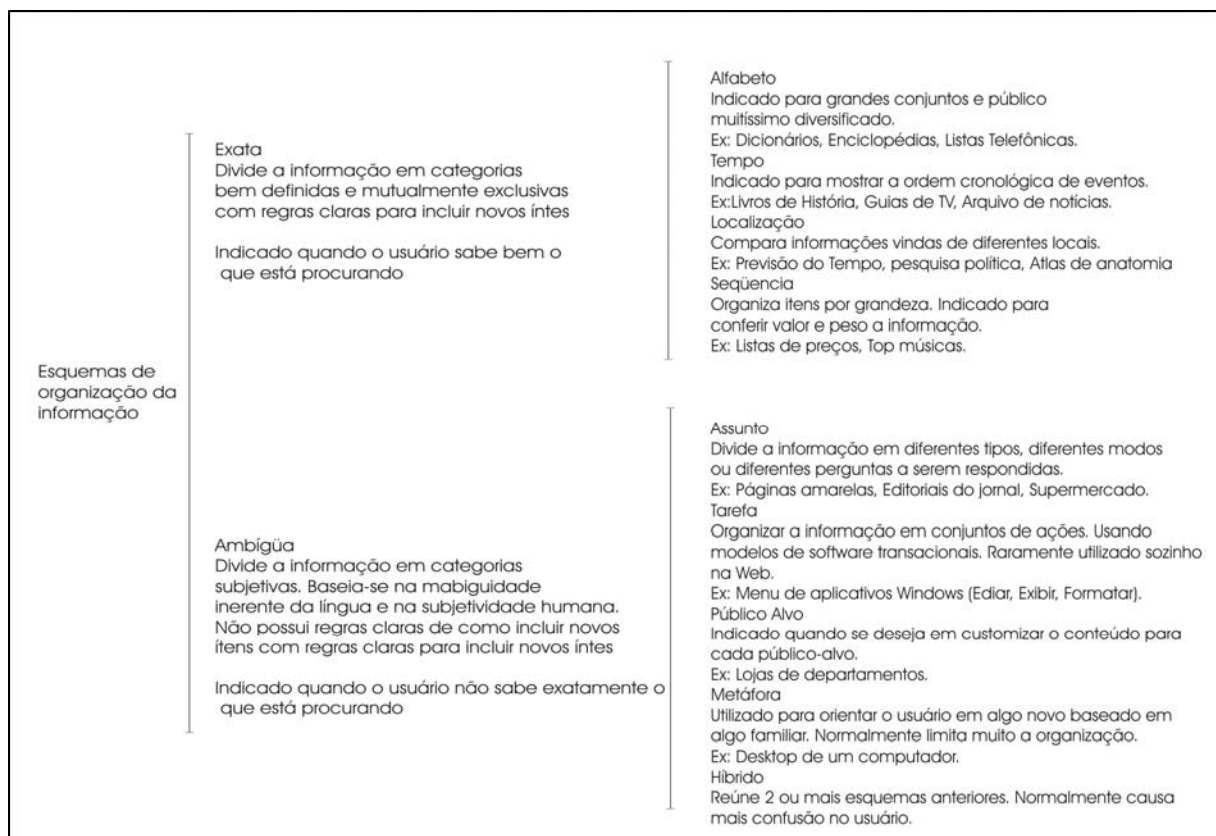


Figura 1: Esquemas de Organização da Informação, por Guilherme Reis (2004, p.06)

Segundo Bustamante (2004, p.7) *“Las estructuras jerárquicas de organización en los sitios Web con frecuencia presentan una función elemental dentro del sistema de navegación”*, desta forma, após o sistema de organização deve-se pensar no sistema de navegação.

A navegação é o grande diferencial da Web, viabilizada pelo recurso do hipertexto foi desta propriedade que surgiu o termo “surfando na web” que é usado para designar a interação existente entre o usuário e o ambiente web.

A navegação na Web é citada por Reis (2006) através de uma analogia entre a navegação na vida real e a navegação virtual, lembrando que se tratam dos mesmos princípios, pois a navegação com barcos e navios necessita de pontos de referência que permitem a localização de uma embarcação no espaço. Da mesma forma, os sistemas de navegação da arquitetura da Informação devem apresentar pontos de referência ao usuário, de forma que este não se sinta perdido dentro de um site.

O sistema de navegação é ilustrado por Montero e Pena (2005, p.07) com o desenho de interação que *“deberá decidir como se verán reflejadas las categorías en la estructura de navegación, si habrá que contengan más de um nivel de la categorización o*

la forma visual de mostrar estas categorias". Portanto, a arquitetura da Informação utiliza o Sistema de Navegação para projetar a navegabilidade das páginas Web.

Rosenfeld e Morville (2002, apud Agner e Moraes) apresentam quatro Sistemas de Navegação. São eles: o sistema de navegação hierárquico, onde a hierarquia é o sistema primário de organização das informações; o sistema de navegação global, que é um complemento da navegação hierárquica com o diferencial de habilidade dos movimentos verticais e horizontais; sistema de navegação local, onde se trabalha com o conceito de "subsite" e o sistema de navegação had doc, que consiste em links representados pr palavras ou expressões dentro de parágrafos e frases.

A utilização de sistema de rotulagem tem o intuito de agir na representação ou identificação de conteúdos específicos, tornando a organização das informações mais simples e familiar (Vidotti e Sanches, 2004). Este sistema está diretamente relacionado aos dois outros sistemas já citados, pois são os rótulos utilizados para representar o conteúdo disponível, devendo facilitar a decisão do usuário pelo caminho certo ao encontro da informação que este busca.

Os formatos de representação da informação no sistema de rotulagem são, segundo Sarmiento e Souza et al (2004, p.93): textual ou iconográfico. Estes tipos de rótulos são utilizados no sistema de navegação, possibilitando a identificação do conteúdo.

Fundamentado no sistema de rotulagem, o sistema de busca está diretamente relacionado a busca das informações armazenadas em um site. Para Reis (2006) o sistema de busca deve prever as buscas que o usuário pode fazer e o conjunto de respostas que irá obter de retorno. É preciso prever a necessidade de buscas apenas no site ou em toda a rede, é conveniente o emprego de um sistema de busca interno em Websites que possuem grande volume de informações, para facilitar a localização das mesmas pelo usuário.

Para Sarmiento e Souza et al (2004) os recursos para efetuar a busca podem ser: " lógica booleana, linguagem natural, tipos específicos de itens e operadores de proximidade. E a forma de apresentação dos documentos recuperados podem ser listagens (ordenadas), relevância e refinamentos de busca".

Rosenfeld e Morville (1998, apud Sarmiento e Souza et al, 2004) lembram que muitas vezes, as ferramentas de busca não são capazes de indexar e mapear todas as informações disponíveis na rede, pois ocorrem inclusões e exclusões diariamente nos sites da Internet.

1.2 Metodologias

A Arquitetura da Informação não apresenta uma metodologia estabelecida, ao contrário, existem diferentes propostas metodológicas que vem sendo empregadas, ao longo do seu desenvolvimento.

Reis (2006) caracteriza a importância do estabelecimento de metodologias e apresenta alguns princípios básicos das metodologias existentes, como consistir em processos de design e apresentar abordagem centrada no usuário.

Processos de design “são processos criativos e de grande esforço intelectual onde se faz um balanceamento entre a forma e função para criar um objeto útil e agradável aos usuários” (Chiou, 2003, apud Reis, 2006). As metodologias de AI são processos de design visto que as tarefas e atividades desenvolvidas formam um completo processo em busca de um objetivo.

A importância da abordagem centrada no usuário é percebida pela função da Arquitetura da Informação de atender aos anseios e necessidades do público a que o projeto se destina. Reis (2006) salienta que existem duas disciplinas com abordagens centradas no usuário, a Ciência Informação e a Interação Humano-Computador. Ambas se valem da pesquisa e investigação para atingir o seu foco - o usuário.

A metodologia mais completa e disseminada da área de Arquitetura da Informação é a apresentada por Rosenfeld e Morville, em seu livro *Information Architecture for the Word Wide Web*, em 2ª edição em 2002. Também chamado de livro do “urso polar”, por trazer a figura de um urso polar na capa, a metodologia apresentada é composta de quatro fases.

2. Ciência da Informação

É recorrente na literatura da área a origem do termo Ciência da Informação estar associado ao final da Segunda Guerra Mundial, quando as grandes potências (União Soviética e Estados Unidos) buscavam o poder. Contudo ocorre outra visão sobre a origem do termo Ciência da Informação, que remete a um período anterior a Segunda Guerra.

Para Silva e Ribeiro (2002) a origem da Ciência da Informação está relacionada a uma evolução de documentação, que era uma disciplina delineada e posta em prática por Paul Otlet, no ano de 1892. Para isso, Paul Otlet aliou esforços com Henri La Fontaine com o intuito de criar o Instituto Internacional de Bibliografia, que objetivava compilar toda a informação bibliográfica registrada em uma única área chamada Documentação (Fonseca, 2005).

A disciplina de documentação trabalhava com a organização e análise de documentos registrados em suportes diferentes dos tradicionais - o livro -, aplicando técnicas de tratamento biblioteconômico aos registros informacionais (Silva e Ribeiro, 2002). Era uma disciplina de caráter interdisciplinar que visava o acesso às informações em qualquer suporte, desde que estes fossem necessários à investigação científica e técnica.

Por isso, Silva e Ribeiro (2002) atribuem a realização do International Conference on scientific Information em Washington no ano de 1958 à transformação do termo Documentação em Ciência da Informação.

A outra visão sobre a origem do termo Ciência da Informação é defendida por Saracevic (1996), segundo o qual a revolução científica e técnica ocorrida após a Segunda Guerra Mundial desencadeou uma preocupação quanto ao controle e o acesso às informações que eram críticas ao desenvolvimento e sustentação da ciência e tecnologia. O termo explosão informacional foi citado por Vannevar Bush em seu famoso artigo intitulado "As we may think", no ano de 1939. Neste artigo o autor identifica o problema vivenciado - grande quantidade de informações produzidas - e uma proposta de solução - o Memex¹ - (Barreto, 2002).

Além do artigo de Bush, Fonseca (2005) cita outro marco importante da Ciência da Informação, o relatório do Office of Scientific and Research Development (OSRD), instituição presidida por Bush. Segundo a autora o relatório é um marco, pois sugere a criação da National Science Foundation, organização ligada à problemática da informação.

Para Barreto (2002, p.69) "Vannevar Bush pode ser considerado o precursor da Ciência da Informação" por ter indicado uma mudança de paradigma para a área de informação em Ciência e Tecnologia, abrangendo profissionais, instrumentos de trabalho para o armazenamento e recuperação da informação.

Estes e outros fatores ocasionaram o crescimento do interesse científico e governamental pelas questões relacionadas à informação, Fonseca (2005) cita o desenvolvimento de sistemas nacionais de informações e o surgimento de organizações direcionadas ao problema informacional como principais esforços para o controle da explosão informacional.

A busca por uma definição concisa e ao mesmo tempo completa exigia que os pesquisadores pensassem, concomitantemente, no conceito de informação. Esta busca, segundo Wersig e Neveling (1975, apud Aquino, 2002) foi uma das dificuldades

¹ Memex - um apetrecho tecnológico que armazenava e recuperava documentos mediante associação de palavras; (Barreto, 2002, p. 69)

enfrentadas pela nova ciência, que congrega diferentes disciplinas que têm como objeto a informação. Conseqüentemente, para cada especialista, o termo assume sentidos e conotações diferentes, dificultando a conceituação e definições de abrangência da Ciência da Informação.

Le Coadic (1994, p.7) conceitua informação como “um conhecimento escrito (gravado) sob forma escrita (impressa), oral ou audiovisual (...)”. Assim como o conceito de Lê Coadic, os diferentes conceitos de informação faziam alusão a documentos, dificultando a diferenciação da informação bibliográfica e a informação gerada nos fluxos informacionais das diferentes áreas.

Para Aquino (2002, p.10) “a Ciência da Informação – a julgar por sua origem pragmática – tem menos a ver com informação e mais com documentação”. Esta apropriação se deu em função da constatação de que existem diferenças fundamentais entre documento bibliográfico e os documentos gerados nos fluxos informacionais das diferentes áreas de serviços (Mostafa e Pacheco, 1995). Contudo, todos são suportes informacionais e necessitam serem produzidos, ordenados, armazenados, preservados e recuperados, da mesma forma que o material bibliográfico.

Silva e Ribeiro (2002, p.37) definiram a informação como um “conjunto estruturado de representações mentais codificadas, (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada”.

Observa-se nos conceitos apresentados que os documentos são compostos de informações, e cada conteúdo informacional é objeto de análise de uma ciência ou disciplina. Nesta conjuntura torna-se mais claro e justificável o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação.

Atualmente, presencia-se a existência de diferentes pontos de vista sobre a definição de Ciência da Informação, Márcia Bates e Bertram Brookes (apud Silva e Ribeiro, 2005) representam duas vertentes opostas.

Márcia Bates (1999, apud Silva e Ribeiro, 2005) segue a definição e teoria de Harold Borko de 1968. Segundo a autora a Ciência da Informação é uma metaciência que corta transversalmente variadas disciplinas convencionais, tendo como domínio “o universo da informação registrada que é seleccionada e retirada para acesso posterior” (1999, p.104, apud Silva e Ribeiro, 2002). Esta visão defende, portanto, a C.I. como uma ciência que agrega outras ciências, apresentando um papel crítico e abrangente, que está capacitada a adquirir e dar as outras ciências às informações que elas necessitam para produzirem conhecimento científico.

Para Bertram Brookes (1980, apud Silva e Ribeiro, 2005), a Ciência da Informação tem identidade de uma só disciplina que possui seu próprio território, seus próprios problemas e sua própria visão da ação humana. Brookes expressa de forma taxativa:

Mas eu argumento que a ciência da Informação é uma disciplina que possui o seu próprio território, os seus próprios problemas e a sua própria visão da ação humana e que agora tem de desenvolver os seus princípios e técnicas. Ela não tem futuro com uma miscelânea incoerente de elementos oriundos de um elenco retirado de um conjunto arbitrário de disciplinas díspares (1980, apud Silva e Ribeiro, 2002).

Apesar da ampla expressividade do autor, defendendo seu ponto de vista, Silva e Ribeiro (2002, p.66) argumentam que “faltou-lhe [...] precisar com clareza o território, os problemas e a perspectiva própria da emergente C.I.”. A visão de Silva e Ribeiro (2002) sobre a Ciência da Informação é colocada na forma de uma reconstrução científica, pois reúne no “núcleo duro”, como é chamado pelos autores, a Arquivística e a Biblioteconomia. Ainda coloca nesta abordagem, usando a metáfora de uma flor, todas as outras Ciências Sociais e Humanas denominadas de saberes próximos, que compreendem as pétalas da flor.

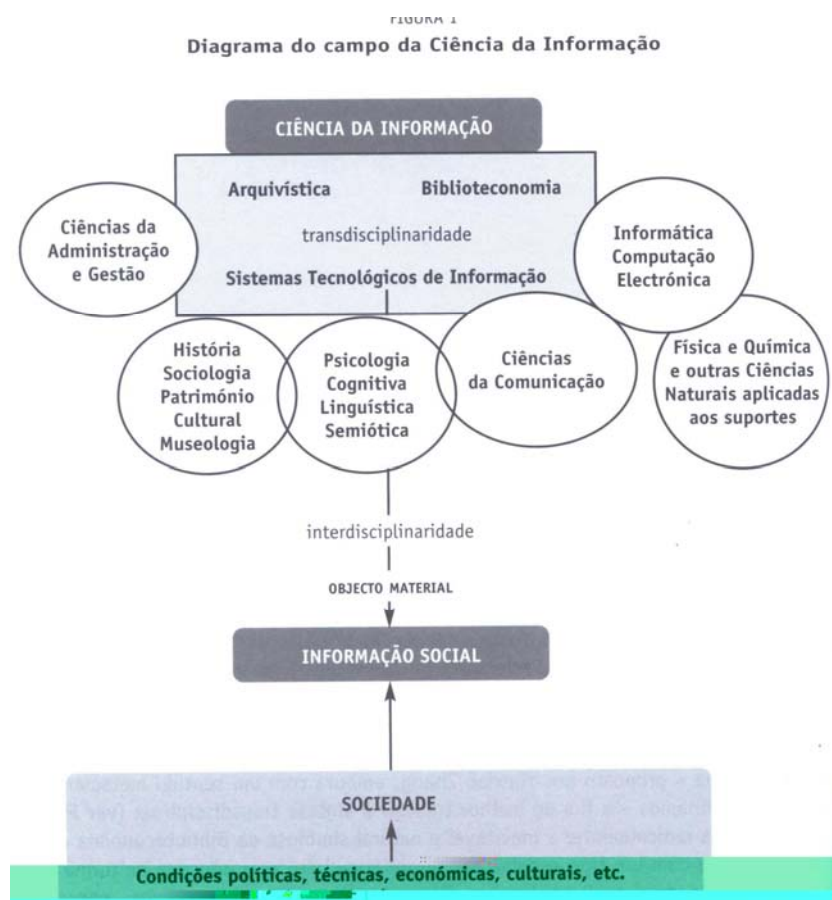


Figura 2: Diagrama do campo da Ciência da Informação.

Reconhecer a polissemia, a interdisciplinaridade e a real participação das chamadas “tecnologias da informação” ou informática é segundo Fonseca (2005) o grande esforço acadêmico com relação à nova ciência.

Nas considerações de Nanci Oddone (1998, p.84, apud Aquino, 2002, p.11) pode se perceber o crescente caráter interdisciplinar da Ciência da Informação:

A Ciência da Informação não deve restringir seu escopo epistemológico a essa ou aquela atividade profissional – biblioteconomia, arquivologia, museologia – a essa ou aquela competência técnica – bibliotecários, arquivistas, museólogos, gestores da informação – a essa ou aquela instituição social – bibliotecas, arquivos, centros de documentação, museus – a essa ou aquela tipologia documental – livros, revistas, discos, manuscritos, filmes, objetos de arte, teses, páginas web – nem a essa ou aquela característica da informação – científica, tecnológica, econômica, jurídica, pedagógica, histórica, médica, política, administrativa, empresarial. Sua preocupação deve, sim, abranger todo o conjunto de atividades, especialistas, organizações, tecnologias, produtos e linguagens que se encontra imerso nesse espaço paradigmático cujo epicentro é a informação.

Presenciam-se ainda, as relações existentes entre a Ciência da Informação, como uma ciência abrangente, com outras áreas ainda incipientes, como é o caso da Arquitetura da Informação. Ronda León (2005) em seu artigo intitulado *La Arquitectura de la Información y las Ciencias de la Información* retrata a proximidade nas tarefas desenvolvidas pelos Arquitetos da Informação e os conhecimentos que possuem um profissional da informação hoje.

O autor referencia a prática interdisciplinar entre as áreas, através do intercâmbio metodológico, uma vez que “*existen referencias ancestrales en la Ciencias de la Información que actualmente se están convirtiendo en soluciones ideales para la arquitectura de información*” (Ronda Leon, 2005, p.7).

A conceituação de Ciência da Informação proposta por Silva e Ribeiro (2002) assume um campo transdisciplinar, onde a área assume um objeto e métodos próprios, sem perder a relação com as outras ciências complementares (ver figura 2).

A definição mais aceita para o termo Ciência da Informação é a oriunda da conferência realizada pelo *Georgia Institute of Technology* no ano de 1962, que assim conceitua o termo:

Ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processar a informação para ótima acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, a disseminação, a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, a interpretação e o uso da informação. O Campo está relacionado com matemática, lógica, lingüística, psicologia, tecnologia da computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração e outras áreas. (Shera e Cleveland, 1977, p.265 apud Fonseca, 2005, p.19).

A solidificação do conceito e compreensão do termo Ciência da Informação deve passar pela aceitação da polissemia do termo informação e compreensão da interdisciplinaridade da área. Isto permite que a Ciência da Informação tenha as condições necessárias para evoluir na pesquisa e na prática.

Destaca-se que em virtude do objetivo do capítulo de abordar a problemática da Ciência da Informação e sua interdisciplinaridade, este tópico não tem o propósito de chegar a uma conclusão absoluta para a definição do termo Ciência da Informação. Procura-se neste sentido explorar a visão dos autores da área sobre a questão da interdisciplinaridade e abrangência da Ciência da Informação.

3. A Arquivística

O aparecimento dos arquivos se deu após o surgimento da escrita, evolução que permitiu o registro das informações que não podiam mais depender da memória para se perpetuar no tempo. Assim, desde a antiguidade os arquivos serviram e servem como repositório de informações.

O documento de arquivo é, portanto, “o conjunto de documentos naturalmente acumulados por pessoas ou instituições, em razão das atividades que desenvolvem ao longo de sua existência ou funcionamento”. (Machado e Camargo, 2000, p.13). Os documentos exercem um papel determinante na propagação e relato da história e vida das instituições e pessoas.

Em uma conjuntura mais atual, se aceita a visão que o objeto da arquivística é a informação orgânica, pois o documento é pela informação registrada em um suporte. De tal modo, Bellotto (2002) define a arquivística como uma disciplina que apresenta como objeto intelectual à informação e se ocupa da teoria, prática e metodologia dos arquivos.

Em função das circunstâncias de produção da informação arquivística, esta apresenta peculiaridades que a diferenciam das informações que são objeto das outras Ciências da Informação. Luciana Duranti (1994, p.4) cita as características da informação arquivística: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade.

Com a evolução dos tempos, a Arquivística passou por fases e correntes que foram lhe acrescentando, por vezes na sua teoria por outras na prática, até consolidar-se como área do conhecimento. A primeira corrente de pensamento arquivístico, surgiu nos arquivos Nacionais e em órgãos governamentais (Lopes, 1997, 27), foi denominada “Arquivística Tradicional” ou “Arquivística Européia”, pois apresentava características conservadoras, privilegiando os arquivos históricos, seu foco estava localizado na Europa, notadamente na França e na Itália. A outra corrente do pensamento Arquivístico foi

instituída nos EUA, com uma visão mais administrativa da arquivística, onde seu foco era os arquivos setoriais e gerais das organizações (LOPES, 1997, 28). Esta corrente foi chamada de *informations managers* ou *records managers*, e diferenciava o arquivista que trabalhava nos arquivos setoriais e intermediários dos *archivist*, que eram os responsáveis pelos arquivos históricos e permanentes.

A Arquivística Integrada surgiu para unir as duas abordagens anteriores, de certa forma, uma nova maneira de ver o trabalho arquivístico, pois reuni simultaneamente a preocupação com o valor primário e com o valor secundário, atribuído aos documentos. Buscava na Arquivística Tradicional a preocupação com a conservação e com o apreço ao caráter histórico dos documentos, e preservando as metodologias dos *records managers* e sua visão mais estratégica de intervenção arquivística na fase de produção documental.

De caráter revolucionário, em função de sua visão global que a diferenciava das correntes anteriores, foi apresentada por Rousseau e Couture (1998) como a solução para o reconhecimento social e o fortalecimento da Arquivística. Unifica e entrelaça os procedimentos: a classificação, a avaliação, e a descrição.

Considerando os pressupostos da arquivística integrada, para que a gestão de documentos seja efetiva, devem-se integrar as atividades de classificar, avaliar e descrever, pois estes são procedimentos complementares e inseparáveis no tratamento dispensado aos documentos.

A primeira fase da intervenção arquivística “visa à criação, a difusão e o acesso à informação orgânica” (Rousseau e Couture, 1998, p.67), pois a informação deve ser concebida de forma estruturada e inteligível, na forma legalmente aceita. As informações consideradas inúteis, supérfluas ou ainda em duplicidade são eliminadas, ainda nesta primeira fase.

A fase seguinte corresponde a classificação e recuperação, onde são analisadas e esquematizadas o sistema de classificação da informação, que a facilidade de recuperação e acesso.

A última etapa de um programa de gestão está centrado na proteção e conservação das informações. É necessário salientar que em todas as fases a tabela de temporalidade é um fator importante, pois é o componente regulador e que permite a correta e eficaz seleção dos documentos regulando o crescimento do volume informacional.

A classificação é o procedimento base de todo o processo de gestão documental. Está alicerçada em preceitos teóricos próprios e deve ser associada a estudos institucionais, que visem o reconhecimento da estrutura e do funcionamento organizacional. É um procedimento de extrema importância, pelo fato de ser neste

momento do tratamento arquivístico, que a informação é distribuída hierarquicamente, de acordo com o elemento de classificação escolhida, refletindo de forma lógica o contexto organizacional.

O plano de classificação é um “esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido” (DTA, 2005, p. 132). É no plano de classificação que as unidades de arquivamento são distribuídas, conforme os cabeçalhos (classes/séries) e subséries determinados, os quais representam as funções ou estrutura ou assunto, de acordo com o método escolhido.

O plano de classificação é uma estrutura hierárquica e lógica que reflete as funções e as atividades de uma organização, funções que geram a criação e recepção de documentos. Trata-se de um sistema que organiza intelectualmente a informação e permite situar os documentos em suas relações uns com os outros. Orienta a busca segundo critérios persistentes e objetivos – localização conceitual das séries.

A elaboração de planos de classificação exige trabalho criterioso de equipe multidisciplinar - arquivistas, administradores e técnicos ligados aos temas dos documentos da instituição, e como afirma Gonçalves (1998) a preparação de um plano de classificação não pode estar desconectada da preocupação com sua aplicação.

A avaliação segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.32) é um “processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos”. Em decorrência da avaliação, é produzido um instrumento básico que faz o gerenciamento das informações. A tabela de temporalidade é um instrumento fundamental e deve ser produzida com a orientação e supervisão da comissão de avaliação. Ao final do processo avaliativo a Tabela deve passar por aprovação de autoridade competente e divulgação aos interessados, principalmente aos funcionários da instituição ou empresa.

A descrição é realizada com o intuito de produzir instrumentos de busca para que os usuários de arquivo possam identificar e localizar informações de seu interesse. Sob a ótica da Arquivística integrada, amplamente propalada por autores como Rousseau e Couture e Lopes, o processo descritivo reúne elementos da classificação e da avaliação, sendo admitidos como instrumentos de pesquisa planos de classificação e tabelas de temporalidade. No entanto, existem instrumentos específicos que permitem a compreensão do serviço de arquivo, da entidade que produziu o conjunto documental e de itens documentais.

Sabendo-se dos diferentes tipos de instrumentos de pesquisa existentes, e do alto grau de subjetividade existente em sua elaboração, Lopes (2000) defende que qualquer discussão sobre o processo de descrição deve remeter a adoção de normas que definam critérios mínimos para sua padronização. Mais precisamente, o autor refere-se ao uso da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G) e da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias- ISAAR (CPF).

A padronização do processo de descrição arquivística e, conseqüentemente, dos metadados produzidos, apresenta entre outras vantagens, o intercâmbio de informações em meio eletrônico entre diferentes instituições arquivísticas.

4. A Arquivística e a Arquitetura da Informação

A Ciência da informação, considerada por alguns autores como uma metaciência, abrange entre outras disciplinas, a Arquivística e prevê o intercâmbio com outras áreas que apresentem a informação como objeto de estudo.

A diferença entre as informações tratadas por arquivistas e arquitetos da informação é compreensível e incontestável. Porém, existem pontos de convergência, não apenas quanto ao objeto como também quanto a finalidade: dar o acesso a informação. Estas áreas buscam da mesma maneira a organização das informações para futura disponibilização aos usuários.

O documento arquivístico caracteriza-se pelo registro de informação orgânica, produzida como resultado das ações de entidades e pessoas. Os Websites, documentos hipermídia e multimídia produzidos na atualidade e muitas vezes disponibilizados na Web, visam a divulgação, promoção, exposição e comunicação de entidades dos mais variados segmentos e até mesmo de indivíduos. Tais considerações são cabíveis quando se entende as características comuns aos documentos estudados pelas áreas.

Cada área apresenta suas metodologias e seus princípios para o tratamento das informações, conforme o Quadro 1. Os laços evidenciados anteriormente, através do pensamento de diferentes autores, demonstram a existência de relações interdisciplinares e apontam diferentes possibilidades de intercâmbio.

Quadro 1: Quadro comparativo das áreas de Arquitetura da Informação e Arquivística

ATIVIDADES	ARQUITETO DA INFORMAÇÃO	ARQUIVISTA
Objeto de estudo	Informações de aplicações multimídia	Informação orgânica
Objetivo	Facilitar a interação entre o usuário e o espaço de informação	Acesso à informação
Classificação	Projeta categorias para o conteúdo de Websites. Trabalha com esquemas de organização: exato e ambíguo	Métodos estabelecidos: funcional, organizacional ou por assunto.
Avaliação	Não é mencionado	Trabalha com a definição de prazos de guarda, de acordo com os valores e usos dos documentos.
Descrição	Utilizam <i>thesauros</i> ²	Produce Instrumentos de pesquisa que auxiliam a busca das informações. Ex: Guias, inventários, índices, catálogos, repertórios, vocabulários controlados (thesauro).

Considerações Finais

A Arquivística é uma disciplina não muito reconhecida, mas apresenta corpo teórico estabelecido e comprovado pela prática. Por sua vez, a Arquitetura da Informação é uma área que apresenta uma teoria iniciante e renovadora, em função da interdisciplinaridade e da tecnologia empregada, e pode encontrar na Arquivística respaldo para diferentes ações.

A conexão entre a Arquivística e a Arquitetura da Informação é admirável, apesar de não existirem obras que a façam concretamente, tornando-se necessário a realização e divulgação de estudos a respeito.

² Thesauro = índices de palavras chave, com relação entre si.

REFERÊNCIAS

- AGNER, Luiz. MORAES, Anamaria. **Navegação e arquitetura de informação na web: a perspectiva do usuário**. V.29, n.1, jan - abr.2003. Disponível em: <http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/291/boltec291e.htm> .Acessado em: 13 maio. 2005.
- AQUINO, Miriam de Albuquerque. **O Campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidade**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2002 p.9-24.
- BARRETO, ALDO DE ALBUQUERQUE. **A condição da informação**. *São Paulo Perspec.*, Jul 2002, vol.16, no.3, p.67-74.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2ºed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BUSTAMANTE, Antonio Montes de Oca Sanches de. **Arquitectura de información y usabilidad: nociones básicas para los profesionales de la información**, 2004. Disponível em: http://www.bvs.sld.cu/revistas/aci/vol12_6_04/aci04604.htm. Acesso em: 14 fev 2006.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G): norma geral internacional de descrição arquivística – Elaboração: Comissão Ad Hoc de Normas de Descrição**. adotada pela Comissão Ad Hoc de Normas de Descrição. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2000.
- DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- DURANTI, Luciana. **Registros Documentais Contemporâneos como provas de ação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, v.o7,n.13.,1994, p. 49 – 64.
- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV,2005.
- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.
- LARA Filho, Durval de. O fio de ariadne e a arquitetura da informação na www. **DataGramZero; Revista de Ciência da Informação**, 4(6), dez.2003. Disponível em: <http://www.dgzero.org/Atual/F_I_art.html>. Acessado em:27 fev 2005.
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yêda F.S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos.1996.
- LOPES, Luís Carlos Lopes. **A gestão da informação:as organizações, os arquivos e a informática aplicada**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro,1997.
- MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Como implantar arquivos públicos municipais**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.
- MICHAELIS: minidicionário escolar da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos,2000.
- MOSTAFA, S. P. & Pacheco, M. **O mercado emergente de informação**. 1994. (projeto de pesquisa CNPq.), disponível em:

<http://dici.ibict.br/archive/00000600/01/mercado_emergente_de_informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>, acessado em: 03 jun 2006.

REIS, Guillermo. **A Navegação na Web**. JumpExec, 2006. Disponível em: <http://www.jumpexec.com/index.php?sub=3&land=ler&idArtigo=482>. Acesso em: 12 jun. 2006.

_____. **Sistema de organização**. 2004. Aula ministrada em mestrado. Disponível em: <http://www.guilhermo.com>. Acesso em: 12 nov.2005.

ROSENFELD, Louis; MORVILLE, Peter. **Information architecture for the world wide web**. Sebastopol, CA: O'Reilly & Associates, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Yves. COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

RONDA LEÓN, Rodrigo. **La Arquitectura de la Información y la Ciencias de la Información**.2005. Disponível em: http://www.nosolousabilidad.com/articulos/ai_ciencias_informaion.html>. Acesso em: 02 ago.2005.

RODRIGUES, Bruno. **Arquitetura de Informação**. Web design, ano.2, n.16, p.58-59, abr. 2005.

SARMENTO e SOUZA, M. F. FORESTI, M.C.P.P. VIDOTTI, S. A. B. G. **Arquitetura da informação em web sites de periódico científico**. Campinas: ETD, v.5, n.2, jun.2004. Acessado em: 6 ago.2005.

SARACEVIC, Tefko. **Ciência da informação: origem, evolução e relações. Perspectivas em Ciência da Informação**, v.1, n.1, 1996.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das ciências documentais à ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Rita de Cássia Portela da. **A divulgação de informações na Internet e a normalização da descrição arquivística**. Santa Maria, 2003.

VIDOTTI, SABG; SANCHES SAS. **Arquitetura da informação em web sites**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 2, 2004, Campinas. Anais eletrônicos...Campinas: UNICAMP, 2004. Disponível em: <<http://libdig.unicamp.br>> Acesso em: 28 mai. 2005.

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de informação: como transformar informação em compreensão**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1991.